

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG  
PROPOSIÇÕES PRELIMINARES PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Junho/2022

1

Responsável (eis):

**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA (NESP)**

Luís Felipe Zilli do Nascimento – Coordenador

Amanda Mátar de Figueiredo – pesquisadora

Eduardo Cerqueira Batitucci – pesquisador

Karina Rabelo Leite Marinho – pesquisadora

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz – pesquisador

Alícia Maricel Oliveira Ramos – assistente de pesquisa

Lucas Daniel Oliveira dos Santos – assistente de pesquisa

Marina Tereza da Silva Coelho – assistente de pesquisa

SUMÁRIO

1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO .....	2
2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS .....	4
3. PROPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	4

## 1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A segurança pública atualmente tem o enfoque da “segurança cidadã”, considerando que fatores sociais como violência, conflito e insegurança são obstáculos ao pleno exercício das capacidades humanas. Dessa forma, sua principal tarefa é contribuir para a promoção do bem-estar das pessoas – a cidadania passa a ser o principal objeto da proteção estatal.

Reconhece o protagonismo do território para o entendimento das dinâmicas e construção de intervenções, por meio de um diálogo transversal entre órgãos e entre órgãos e comunidades, envolvendo as áreas de planejamento urbano, assistência social, saúde, educação, entre outros, cada um contribuindo com suas especialidades de forma colaborativa no desenho de soluções, em busca da melhoria da qualidade de vida e da sensação de segurança das pessoas e comunidades – mais do que somente na redução dos índices de criminalidade.

Dessa forma, o município torna-se parceiro dentro da perspectiva da segurança cidadã na medida em que promove políticas de planejamento e regulação urbana como ferramentas de prevenção à criminalidade. A revitalização de espaços públicos, o desenvolvimento de programas de incentivo do uso e ocupação desses espaços, bem como a regularização do acesso a bens e serviços como transporte e iluminação públicos são exemplos de ações que atuam na redução de oportunidades para o cometimento de crimes (a chamada prevenção situacional), ao mesmo tempo em que desenvolvem sentidos de organização e pertencimento comunitários que são relevantes para a redução da ocorrência de situações de desordens e incivildades, as quais podem escalar para violências mais graves.

Em Conselheiro Lafaiete, as instituições de segurança, policiais e de justiça, bem como a Guarda Municipal, são bem integradas em suas atuações. As ações de integração entre as diferentes organizações que compõem o sistema de justiça e segurança pública que atuam na região de abrangência a que pertence Conselheiro Lafaiete se dão segundo o modelo IGESP (Integração da Gestão em Segurança Pública). A Polícia Militar mantém comunicação permanente com toda a rede de Segurança e Justiça, com atuação tida como bastante adequada. No entanto, os levantamentos apontam para limitações, no que diz respeito à densidade institucional em segurança pública, manifestas pela necessidade de incremento na capacidade de pessoal e recursos, assim como para a necessidade de maior institucionalização nas ações de integração.

Há uma unidade prisional, com taxa de ocupação de 102,6%. Segundo informações, há necessidade de melhorias físicas na unidade prisional, além da necessidade de programas de educação, ressocialização e reinserção de detentos à vida social. Há uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no município (APAC), tanto masculina quanto feminina, e Conselheiro Lafaiete conta com uma Delegacia Especializada em Violência Contra a Mulher.

Conselheiro Lafaiete tem baixa participação comunitária nas questões relativas à segurança no município. Há o Conselho Municipal de Segurança Pública, bem como outros Conselhos Municipais, mas a adesão da população é baixa.

Segundo os indicadores produzidos e acompanhados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP-MG), o cenário de Conselheiro Lafaiete é favorável, estando todas as taxas abaixo das respectivas médias estaduais – taxa de criminalidade violenta, taxas de homicídio consumado, taxas de roubo consumado.

As principais ocorrências dizem respeito a modalidades criminais menos gravosas cometidas contra a pessoa e contra o patrimônio. Em relação aos crimes contra o patrimônio, os principais registros são de furto (o primeiro no ranking das ocorrências mais registradas), dano e estelionato. Em relação aos crimes contra a pessoa, destacam-se os crimes de ameaça, lesão corporal e vias de fato/agressão. As ocorrências concentram-se na Sede municipal.

Segundo informações locais, a dinâmica das ocorrências está muito associada a um problema recorrente na cidade, que é a dos delitos relacionados ao consumo e tráfico de drogas. O perfil do problema das drogas em Conselheiro Lafaiete também está relacionado aos cenários de desorganização sócio espacial, baixa coesão social e sociabilidade violenta, concentrando-se os registros em bairros específicos, com menor estrutura urbana e população mais desfavorecida, assim como a falta de opções de lazer e cultura especialmente para a juventude.

Alguns bairros são mencionados como aqueles que concentram ocorrências de crimes e violências, como o JK, Paulo VI, São João, Linhazinha, Rochedo, Vila Rezende e Real de Queluz. E, mais recentemente, Santa Matilde, Progresso e Morro da Mina.

Um outro ponto destacado é que o trânsito é um dos problemas de desordem urbana mais importantes na cidade, sendo que intervenções de regulação do espaço público promovidas pela Administração Municipal tendem a surtir resultados bastante positivos.

Alguns fatores apontados como explicativos para as ocorrências são: vulnerabilidades sociais e a formação socioeconômica de regiões do município, que recebem grande contingente de mão de obra externa para trabalhar nas mineradoras do entorno; violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, ampliada após a pandemia da Covid-19; proximidade da cidade de Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Assim, o conjunto de intervenções possíveis passa menos por grandes articulações das forças de segurança pública para enfrentamento ao crime organizado e mais pelo aprofundamento do conhecimento e da capacidade de intervenção sobre as pequenas desorganizações sócio espaciais locais, em paralelo ao trabalho de repressão qualificada das forças de segurança e justiça locais, com postura mais ativa da administração municipal. Como exemplos: revitalização de espaços públicos degradados e ocupados por usuários, de forma que a comunidade possa se apropriar e dar outros usos a eles; organização de políticas de lazer que atinjam o público jovem do município e forneçam alternativas de socialização, como escolas abertas aos fins de semana.

## 2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

A temática da segurança pública foi bastante abordada durante a realização das Oficinas Participativas que ocorreram presencial e virtualmente após a entrega do “Diagnóstico Municipal: Gestão da Política de Segurança Pública”.

De forma direta, foram manifestações relacionadas ao relato de problemas de desordens, incivildades e crimes, assim como da capacidade de resposta das forças policiais locais. Os Quadros A, B e C constantes do Anexo deste documento compilam as principais respostas. Foram questões, em sentido geral, sobre a insuficiência do atendimento das forças policiais locais, bem como sobre a ocorrência de furtos, roubos, violências interpessoais e violências relacionadas ao consumo (uso e tráfico) de drogas ilícitas.

Indiretamente, ainda, a segurança pública apareceu a partir do relato de problemas de ordenamento urbano e espacial-ambiental, como deficiências na iluminação e transporte públicos, deterioração de espaços de lazer e cultura, bem como de insegurança na utilização de equipamentos públicos sociais. Conforme o Diagnóstico Municipal demonstrou, estas questões afetam a sensação de segurança das comunidades e a capacidade de atuação do município em ações preventivas de segurança pública, motivo pelo qual também foram consideradas quanto às contribuições para este tema.

De uma forma geral, todas as questões trazidas pelas comunidades no processo de participação popular já tinham sido localizadas e comentadas na fase de construção do Diagnóstico Municipal, seja pelos dados quantitativos organizados sobre a situação da segurança pública em Conselheiro Lafaiete, seja pelas informações fornecidas pelos interlocutores, representantes das instituições de segurança pública e justiça locais ouvidos pela equipe de pesquisa. A conjugação de dados quantitativos e informações qualitativas sobre as dinâmicas locais dos fenômenos de desordens, incivildades e violências, bem como sobre a capacidade de resposta das forças públicas locais permitiu ao Diagnóstico constituir um panorama bastante consistente do problema público que, confirmado na fase de consulta popular, serve como sólida base para a propositura de ações a serem contempladas no bojo da Revisão do Plano Diretor de Conselheiro Lafaiete para o Tema Segurança Pública.

A seção seguinte apresenta estas propostas de forma preliminar, a serem submetidas à continuidade da construção participativa da Revisão do Plano Diretor do Município.

## 3. PROPOSIÇÕES PRELIMINARES

Tendo em conta o conteúdo produzido no Diagnóstico Municipal e os resultados das Oficinas Participativas, as seguintes diretrizes orientam a elaboração das proposições para a Revisão do Plano Diretor de Conselheiro Lafaiete quanto ao tema Segurança Pública:

- 
- ✓ A democratização do acesso aos serviços e o fortalecimento da participação da população na discussão das demandas de segurança pública municipais;
  - ✓ A melhoria da gestão, do alinhamento, do acesso e da qualidade de informações, ações e serviços de segurança pública;
  - ✓ A manutenção das parcerias com as organizações policiais a partir:
    - ✓ Do desenvolvimento de programas e ações de segurança pública tendo como base a territorialização, as necessidades de segurança da população local, a priorização das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações de segurança;
    - ✓ Do intercâmbio de ideias, valores e programas com o aparato municipal de Saúde, Educação e Assistência Social.

A seguir apresentam-se algumas proposições preliminares para a discussão entre os interlocutores municipais. Elas foram organizadas a partir das duas grandes dimensões analíticas (fenômenos e respostas institucionais) que orientaram a construção do “Diagnóstico Municipal: Gestão da Política de Segurança Pública”.

Proposições para a temática da Segurança Pública (continua)

Dimensão	Eixos técnico-analíticos	Ações sugeridas
<p><b>Fenômenos (Cenários de incividades, desordens, violências e criminalidade)</b></p>	<p>Delitos relacionados ao uso e tráfico de drogas e possíveis desdobramentos sobre crimes patrimoniais (roubo e furto)</p>	<p>Confecção de um diagnóstico compreensivo sobre os delitos relacionados ao uso e tráfico de drogas, bem como possíveis relações destes com crimes patrimoniais (roubo e furto) e suas características e dinâmicas no município.</p>
		<p>Desenvolvimento de políticas sociais específicas para a prevenção de vulnerabilidades e violências associadas ao uso e tráfico de drogas nas periferias.</p>
	<p>Violências contra públicos específicos</p>	<p>Compartilhamento de diagnósticos entre as políticas sociais e de segurança pública e desenho de ações coordenadas específicas para temáticas identificadas como prioritárias (principalmente violência doméstica e intrafamiliar, mas também proteção a infância e adolescência, idosos, dentre outros).</p>
	<p>Criminalidade urbana e sensação de insegurança</p>	<p>Diagnóstico, sistematização e priorização de demandas de design urbano e intervenções nos espaços públicos, regulação urbana e atuação das políticas públicas que possam interferir, prevenindo ou mitigando, questões que afetem a sensação de insegurança e/ou efetivamente se apresentem como problemas de criminalidade ligados à organização do tecido urbano (exemplos: iluminação e mobilidade, trânsito, revitalização de espaços públicos, dentre outros).</p>

Proposições para a temática da Segurança Pública (continuação)

Dimensão	Eixos técnico-analíticos	Ações sugeridas
<p><b>Respostas institucionais (Atuações do Poder Público frente a questões diretas e indiretas da pauta da segurança pública)</b></p>	<p>Integração das políticas sociais</p>	<p>Desenvolvimento de programas de integração das políticas sociais municipais, visando o compartilhamento de ideias, operacionalidades, valores, redes e objetivos integrados à pauta da segurança pública.</p>
	<p>Compartilhamento de Informações e objetivos entre a municipalidade e as organizações de segurança pública e justiça</p>	<p>Estruturação de instância coordenadora na Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete que incentive efetivo espaço de promoção de diagnósticos, desenho de prioridades e estratégias entre os atores da segurança pública e justiça, bem como de promoção de alinhamento com as demais áreas de políticas públicas sociais municipais.</p>
	<p>Participação da sociedade civil e do empresariado local</p>	<p>Retomada do protagonismo do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) junto à governança da segurança pública local.</p>
		<p>Desenvolvimento de iniciativas sistemáticas de participação popular e da sociedade civil organizada nos programas municipais de prevenção à violência.</p> <p>Desenvolvimento de iniciativas de coparticipação da sociedade civil e do empresariado local na recuperação e uso/ocupação de espaços públicos degradados.</p>